

## **CARTA COLETIVA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES**

Somos mulheres amazônidas, indígenas, quilombolas, pescadoras, agricultoras familiares e extrativistas e defensoras de direitos humanos e do meio ambiente, atuantes em diversas frentes de proteção aos nossos territórios. Hoje, 29 de agosto de 2023, lançamos essa carta, onde a partir da nossa realidade, apontamos os obstáculos e medidas necessárias ao enfrentamento da violência política de gênero que tanto impacta nossas vidas.

Essa carta é fruto de uma construção e articulação coletiva resultado de intenso debate em um Seminário de 2 (dois) dias realizado em Santarém (PA). O evento reuniu lideranças de diferentes idades, territórios e movimentos sociais da Amazônia paraense e, proporcionou alguns consensos relacionados ao tema, dentre eles, o de que todas as mulheres que ousam reivindicar direitos coletivos são ameaçadas e que os cargos de poder majoritariamente são direcionados aos homens.

Pode-se conceituar violência política como agressões (físicas, verbais, psicológicas, econômicas, ameaças e intimidações) com o objetivo de impedir a participação de mulheres em diferentes espaços de poder e decisão, no desempenho de funções políticas e interferindo na democracia.

A falta de oportunidades, a questão financeira, a falta de apoio familiar e partidário, o machismo, o medo, são alguns pontos que dificultam o enfrentamento à violência de gênero que ocorre tanto nos espaços de militância e política partidária, quanto no lar.

Assim, diante das recorrentes violações dos direitos das mulheres, sobretudo por suas lutas políticas por terra, território, florestas, águas, meio ambiente e igualdade de gênero, nós, lideranças amazônidas representante de movimentos sociais e organizações abaixo assinadas, exigimos do Estado brasileiro, das próprias organizações/movimentos sociais e da sociedade, medidas de enfrentamento, tais como:

- Paridade de gênero dentro das organizações e associações sociais
- Mecanismos de promoção da paridade de gênero dentro do sistema político, onde mulheres tenham as mesmas condições de acesso, participação e financiamento.
- Oficinas de formação sobre violência política voltadas para mulheres e homens;
- Criação de estratégias e mecanismos de enfrentamento e proteção para mulheres vítimas de violência dentro das organizações sociais;
- Criação de um conselho de mulheres dentro de cada distrito/território;
- Afastamento de lideranças que praticam violência de gênero, investigação das denúncias e punição dos responsáveis.

- Criação de uma rede de apoio para as mulheres em situação de violência política (Coletivo de mulheres, coletivo jurídico, coletivo psicossocial, entre outros);
- Garantir a inclusão e participação de lideranças mulheres PCD's em espaço político de tomada de decisão.

SANTARÉM-PARÁ, 29 DE AGOSTO DE 2023.

**Assinam essa carta:**

Terra de Direitos  
Movimento dos Atingidos por Barragem-MAB  
Federação das Associações Agroextrativistas do Assentamento PAE Lago Grande-  
FEAGLE  
Instituto Kabu  
Federação das Organizações Quilombolas de Santarém- FOQS  
Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém- STTR/ STM  
Movimento pela Soberania Popular na Mineração -MAM  
Coordenação das Associações de Remanescentes de Quilombo do Pará- Malungu  
Departamento de Mulheres do Conselho Indígenas Tapajós Arapiuns- CITA  
Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais- AMTR  
Coletivo de Mulheres- Flores do Campo  
Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mojuí dos Campos-  
STTR/Mojuí  
Coletivo Guardiões do Bem Viver  
Associação de Mulheres de Belterra- AMABELA  
Tapajós de Fato -TdF  
Movimento Tapajós Vivo- MTV  
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular- NAJUP Cabano